



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 2017

Ata n.º 35

Aos catorze dias do mês de Março do ano de dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de sete de Março e aditamento de dez de Março, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Aprovação da ata da sessão de 02-11-2016; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Materialização das ações corretivas de qualificação territorial e ambiental das pedreiras do Escarpão; -----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de apoio financeiro à Comunidade Terapêutica António Lopez Aragon para custear o internamento de um munícipe de Albufeira; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de apoio financeiro à Comunidade Terapêutica Clínica do Outeiro para custear o internamento de um munícipe de Albufeira; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Declaração de Interesse Público Municipal ao projeto de requalificação e alteração de traçado do caminho do Cotovio; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação do Procedimento aquisitivo ao abrigo do acordo quadro para o fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre para o Algarve, celebrado pela Central de Compras da AMAL; -----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Geraldes de Pereira Simões (PS), Sofia Margarida do Rosário Oliveira (membro suplente VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), João Hélder Cabrita (membro suplente PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de



Paderne, Miguel Coelho, da Guia, Joaquim Vieira, e de Ferreiras, Fernando Gregório.

Faltas: Soraia Santos Morais Rodrigues, Domingos Manuel Martins Coelho, Ana Alexandra Pereira e Carlos Augusto Cabrita dos Santos.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Soraia Rodrigues e Ana Pereira foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Sofia Oliveira e João Cabrita.----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores José Carlos Rolo, Célia Pedroso, Ana Vidigal e Rogério Neto.--

Havendo quórum (**vinte e três presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

Não havendo intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal.-----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Aprovação da ata da sessão de 02-11-2016;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: dezoito (18): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Galdes Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Paderne, Miguel Coelho, e de Ferreiras, Fernando Gregório. -----

Não estiveram presentes na sessão de 02-11-2016 os membros: Eugénia Baptista, Sofia Oliveira, Vera Simões, Ana Cristina Oliveira e Joaquim Vieira, pelo que não votaram.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião a que a mesma dizia respeito. -----



PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Materialização das ações corretivas de qualificação territorial e ambiental das pedreiras do Escarpão;--

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

José Pimenta: "O ponto dois diz "Apreciação e deliberação da Materialização das ações corretivas de qualificação territorial e ambiental das pedreiras do Escarpão", pelos documentos que recebemos há uma informação por parte do executivo que separa a informação em relação a esta situação das pedreiras. Este problema foi disputado por uma associação, a Pata Ativa. Gostaria de saber para que é que este ponto vem para apreciação e deliberação da Assembleia Municipal? Para votarmos o quê? Existe um problema, não só nessa pedreira, eventualmente em outras pedreiras, este é o mais problemático. O município já tem conhecimento da empresa que esteve a explorar esta pedreira e, como diz o documento, está lá um despejo de pneus. Gostava de saber o que o município está a pensar fazer: interpor algum processo a esta empresa? Resolver o problema e a fatura ser colocada para pagamento? Qual foi a fiscalização desde mil novecentos e oitenta e tal até agora? Penso que seja uma situação de negligência. A pergunta que faço é: porque é que vem aqui, à Assembleia, e para quê?"-----

Presidente da Assembleia: "Este assunto foi-nos remetido pela Câmara Municipal e veio como "apreciação e deliberação", mas isto é mais uma tomada de conhecimento do que propriamente uma deliberação por parte da Assembleia Municipal. Tem a ver com aquela informação que foi remetida a todos os membros na última Assembleia, de um requerimento que foi apresentado pela Associação Pata Ativa, em que nós, Assembleia Municipal, oficiámos às várias entidades e depois foi informado pela Vereadora que a Câmara Municipal iria ter uma ação relativamente a esta matéria. Isto tem a ver com questões relacionadas com o Plano de Pormenor que está a decorrer no Escarpão. A informação por parte da Câmara Municipal é, efetivamente, uma informação a esta Assembleia Municipal mais do que um pedido de deliberação. Assim, nós apenas iremos fazer a tomada de conhecimento quanto a este ponto porque, se bem depreendo, isto está relacionado com questões de ordenamento do território, tem a ver com a suspensão do Plano de Pormenor e outros estudos que daí virão a resultar. Chamo a



atenção para o que diz na informação: "soluções técnicas para mitigar os impactes resultantes da atividade, dependem essencialmente os fatores, o custo da recuperação e a concordância das entidades envolvidas." Portanto, isto será uma atuação por parte da Câmara Municipal no sentido de mitigar todo o prejuízo ambiental não só desta mas também das outras pedreiras que foram encerrando. E, portanto, tem a ver com uma tomada de conhecimento e não com uma deliberação por parte da Assembleia Municipal."

Presidente da Câmara: "Estão aqui questões de planeamento, questões tendentes ao licenciamento de exploração das pedreiras, nas quais terá de haver cuidados ambientais acrescidos, com os próprios projetos a contemplar esse tipo de cuidados, e, nesse sentido a Assembleia tem toda a legitimidade para tomar conhecimento do que se pensa fazer e do que está em curso. Como são questões tendentes ao planeamento, estão no âmbito da Assembleia Municipal. Portanto, tem toda a conveniência que a Assembleia acompanhe tudo o que se passa. Na Câmara deliberámos manifestar concordância com o parecer, que nos dá medidas preventivas, designadamente no que concerne ao licenciamento, quer quanto à exploração quer quanto a reposição de questões ambientais, e é nesse sentido que a Assembleia tem uma palavra a dizer, ou pelo menos a acompanhar o processo."

Presidente da Assembleia: "Se repararem na segunda página, no segundo parágrafo, em que diz que tem o parecer da CCDRA, de Julho de dois mil e nove, entendeu a Câmara Municipal suspender de imediato a elaboração do Plano de Pormenor em curso e mandar realizar um novo plano. Basicamente o que a Câmara Municipal nos está a dizer é que está a tomar uma atitude muito mais ativa em relação ao que foi aqui comunicado por parte da Associação Pata Ativa e está a passar-nos toda a informação do que irá fazer e do que foi feito anteriormente para corrigir uma situação, que como todos nós sabemos, no Escarpão é complicada. Portanto, isto será, efetivamente, por parte da Câmara Municipal tentar, com as entidades que têm intervenção e competência para gerir todo este processo, diligenciar no sentido que sejam tomadas as medidas mais céleres com vista a reduzir o impacto ambiental das explorações que lá estão, quer as que decorrem quer as que foram encerradas ao longo deste tempo."

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, foi tomado conhecimento e o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.

O Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto do terceiro e quarto pontos, o que foi aprovado por unanimidade.



PONTO TRÊS E PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de apoio financeiro à Comunidade Terapêutica António Lopez Aragon para custear o internamento de um munícipe de Albufeira; -----

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de apoio financeiro à Comunidade Terapêutica Clínica do Outeiro para custear o internamento de um munícipe de Albufeira;-----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

José Pimenta: "Estes casos já são casos que vêm de casos idênticos, parecidos, de pessoas que têm este tipo de problemas. Gostaria de saber o que tem acontecido em relação aos casos anteriores. Se tem havido acompanhamento e se têm sido positivas ou não estas situações. São pessoas que passam dezoito meses a serem reabilitadas e se isso, por acaso, tem sido ou não positivo."-----

Presidente da Assembleia: "O que pretende saber é se tiveram sucesso todas as outras propostas de apoio financeiro que deliberámos aqui. Vamos oficializar à Câmara Municipal para que, depois, nos seja remetida essa informação e posteriormente será remetida a todos os membros."-----

Presidente da Câmara: "Penso que seja uma boa ideia mas neste momento não sei dizer o resultado. Dá-me ideia que, desde que foram deliberadas estas situações, ainda não tenham terminado os internamentos mas, certamente, que há acompanhamento. Acho bem que façam esse pedido aos serviços para nos informarem dessas situações. Isto vem informado pelos serviços técnicos do município, são eles que propõem que nós façamos este tipo de apoio e parece-me que cada caso é um caso e cada caso merece que, pelo menos, se tente que as pessoas sejam apoiadas e possam ter sucesso."-----

Vera Simões: "Se há um investimento da Câmara em dar uma segunda oportunidade a estas pessoas a nível de tratamento (são dezoito meses) após a alta qual é a continuidade do acompanhamento a nível da Câmara? Na primeira situação é uma pessoa que não tem como pagar as suas despesas. Até que ponto não poderemos intervir dentro da comunidade e tentar fazer a reinserção destas pessoas? E assim o investimento, não só monetário mas também pessoal, poderia ser uma continuidade do tratamento que foi iniciado com este internamento de dezoito meses. Tanto numa



situação como na outra, embora a segunda me pareça um pouco mais complicada que a primeira.” -----

Presidente da Câmara: “Penso que faz todo o sentido, que o acompanhamento seja quer durante o internamento quer no período pós-internamento, no sentido da reabilitação das pessoas e integração social.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO TRÊS: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Sofia Oliveira, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Paderne, Miguel Coelho, da Guia, Joaquim Vieira, e de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO QUATRO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Sofia Oliveira, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Paderne, Miguel Coelho, da Guia, Joaquim Vieira, e de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO

O Presidente da Assembleia ausentou-se da sala por impedimento profissional tendo a Primeira Secretária passado a conduzir os trabalhos. -----



Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, a Declaração de Interesse Público Municipal ao projeto de requalificação e alteração de traçado do caminho do Cotovio;-----

A Presidente em exercício apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

Cândido Reigado: "Este ponto carece de mais informação para podermos tomar uma posição. No próprio documento fala em vários documentos, esboço topográfico, planta geral do caminho com indicação da zona de alteração do traçado, planta topográfica, e não temos nenhum destes documentos. Outra questão: aparece o orçamento de quinhentos e quarenta mil euros, noutra parte do documento refere que todas as despesas inerentes à construção do presente caminho são da responsabilidade do requerente, portanto, será da responsabilidade da empresa que está a requerer o interesse público municipal, isto em relação ao caminho. Eu deduzo que a despesa da construção do caminho e da expropriação é responsabilidade da empresa que irá construir o hotel. E estamos na dúvida em relação aos quinhentos e quarenta mil euros: as infraestruturas são pagas pela empresa que vai construir o hotel ou são responsabilidade da Câmara Municipal?"-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Este é um processo antigo, deve ter pelo menos uns dez anos. Há dez anos atrás houve umas conversações com o proprietário da ruína, onde o caminho passava. Foi feita pela Junta de Freguesia de Ferreiras, na altura, uma informação à Câmara Municipal a solicitar a concordância para a transferência do traçado do caminho para o limite da propriedade. Isto porque havia lá umas ruínas, onde o caminho passa, e a proprietária estava a tentar fazer negócio com a venda do terreno. A Junta de Freguesia arranjou, por várias vezes, aquele caminho mas, a dada altura, o caminho foi barrado com pedregulhos muito grandes e quem passava por lá eram as pessoas que vinham da Patã ou que vinham lá de cima cá para baixo. Naquela altura foi um grande problema para os camiões do lixo, que faziam aquele circuito, porque barraram o caminho. Eu, como Presidente da Junta de Freguesia fui lá e falei com a senhora. Trouxe o problema à Câmara Municipal e, na altura, houve concordância para a transferência do caminho que passava junto à ruína para o limite da propriedade. O caminho esteve para ser pavimentado, desde onde termina a pavimentação até à central de transferência. Desde essa altura que o caminho se encontra nessa situação. Começaram lá algumas obras, de requalificação



daquela zona, fizeram um estaleiro para guardar materiais e agora aparece esta necessidade. É com fundamento e faz todo o sentido aprovar a declaração de interesse público do caminho porque o caminho como está, passando no meio da propriedade, esta perde algum valor e prejudica o que se pretende lá fazer, que é o hotel rural. Os projetos estão feitos, estão para ser aprovados, e penso que tem todo o interesse para a freguesia de Albufeira uma obra desta envergadura, não só a nível turístico mas também para a criação de postos de trabalho. Gostaria que fosse feita uma retificação na informação técnica que nos foi prestada, que a localização do caminho fosse Ferreiras e não na Patã e Paderne. É de todo o interesse que esta situação seja resolvida e que seja considerada de interesse público municipal."-----

Presidente da Câmara: "Estive a ver a informação e coincide com o que eu pensava sobre a matéria. O orçamento das obras é de quinhentos e quarenta mil euros e cá em baixo diz que a execução das obras de urbanização referentes às infraestruturas supra identificadas deverão ser objeto de contrato de urbanização dado que envolvem vários proprietários. Mas também diz que estas obras, sendo de contrato de urbanização e havendo um proponente com interesse nele, terá que ser ele, sempre, a custear estas obras - sobre isso não me restam quaisquer dúvidas. O que está hoje aqui em causa é uma declaração de interesse público que permita desafetar a área privada para área pública, no caso em concreto, que é o caminho que existe atualmente para área privada a troco de outra área, que será no limite da propriedade e que ficará afeta a uso público. Há aqui uma permuta entre uma área pública que passará para privada e uma área que hoje é privada e passará para pública. Não podemos fazer a desafetação de uma área pública sem que haja uma declaração da Assembleia Municipal a autorizar isso mesmo. Consubstancia-se que isto irá permitir a valorização daquela área em termos de infraestruturas e a substituição de um caminho que se encontra mal tratado por um caminho novo, infraestruturado, e ao mesmo tempo a construção de um hotel rural naquela zona, que me parece que seja de todo o interesse para nós termos um hotel rural naquela zona. Vai criar postos de trabalho, vai criar riqueza para o concelho. Portanto, o que está aqui em causa é a desafetação de uma zona pública que irá deixar de ser pública, e numa zona que hoje é privada irá nascer um novo caminho que irá ser público. Esta proposta depois irá para a Reserva Agrícola para se pronunciar sobre a viabilidade ou não. Sem esta declaração não há pronúncia."--

José Pimenta: "Há aqui expropriação de terrenos de outros proprietários? A documentação que nos chega é pouca. No nosso ponto de vista não devemos passar



cheques em branco. Devemos ter conhecimento da matéria e farei uma sugestão: que este ponto saísse da Ordem de Trabalhos, voltasse em Abril e fossemos ao terreno para verificarmos a situação. Vamos dar um voto de uma coisa que não temos conhecimento no terreno? Num ponto aparece os quinhentos e quarenta mil euros, depois há outro ponto que vem do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, e diz que, "No âmbito da alteração do atual caminho existente, consideramos que poderá ser salvaguardado o acesso às parcelas, de modo a que nenhum terreno fique sem acesso, todas as despesas inerentes à construção do presente caminho são de responsabilidade do requerente." Assim, em que ficamos? A Câmara vai fazer lá o gasto de quinhentos e quarenta mil euros ou é esta empresa que irá fazer esses gastos?"-----

Presidente da Câmara: "O senhor Pimenta já respondeu ao ler a parte que diz que os custos são do requerente."-----

José Pimenta: "Então quer dizer que o município não vai fazer qualquer gasto em relação a esta situação?" -----

Presidente da Câmara: "O que está aqui é uma deliberação em que a Assembleia se está a pronunciar sobre se há interesse público ou não. E está aqui informação mais do que suficiente para a deliberação. O senhor sabe onde é o Escarpão, da mesma forma que eu sei, está aqui um técnico, Eduardo Viegas, que está na área do planeamento e que diz claramente que deve haver parecer favorável e está aqui fundamentação para isso. Quanto à questão levantada, de quem é que vai suportar a despesa, o senhor ao ler o documento respondeu que quem suporta a despesa é o requerente. Neste momento o que está em processo decisório é se a Assembleia Municipal acha ou não que é de interesse público que se possibilite a feitura ou não deste projeto, com todas as entidades competentes ainda a terem de se pronunciar e a Câmara Municipal também ainda tem que se pronunciar e, provavelmente, ainda vem novamente à Assembleia Municipal. A única coisa que está aqui em causa é dizer se este processo deve andar ou não. As obras de urbanização quem as tem de fazer é o requerente, não é o município, isso é regra geral e já vem aqui plasmado. Mais tarde a Câmara terá a responsabilidade de manutenção, quando receber definitivamente as infraestruturas, mas isso é como qualquer estrada ou caminho, porque a estrada passa a ser pública. Ainda há aqui um caminho a percorrer, designadamente junto de outras entidades, mas quando houver a aprovação final do projeto e seu licenciamento, será naturalmente com a afetação logo



dessa estrada a uma de natureza pública não obstante a obrigação de pertencer ao requerente da sua execução. O terreno passa imediatamente a público.” -----

A Presidente em exercício: “Senhor Pimenta, todos os documentos estão disponíveis no gabinete da Assembleia.” -----

Francisco Oliveira: “Relativamente a este processo de interesse municipal, ele não difere de todos os outros. O que está aqui em causa na aprovação ou não aprovação desta deliberação é sustentar ou não sustentar o processo, isto porque todos estes processos têm etapas. Se a Assembleia Municipal não se pronunciar favoravelmente, ele morre aqui e não vai à RAN e a outras entidades para receber aprovação. Portanto, o interesse municipal não é por si só o fim do processo, nem é tão pouco aquilo que determina favoravelmente o processo. Pode é permitir matá-lo, de certa maneira, à nascença, ou seja, se não se dá o interesse municipal, o processo morre aqui e não vai a qualquer outra entidade - decorre do próprio processo e da documentação que aqui está. Quanto à questão dos valores, é por demais evidente, aliás, está plasmado de que o pagamento dos quinhentos e quarenta mil euros é da competência do requerente. Uma vez que se está a desafetar domínio público de uma determinada parcela para compensar outra parcela que está no domínio privado e que passará a ser pública, estas obras, que são de interesse particular, terão que ser, naturalmente, suportadas pelo requerente. Parece-nos que a aprovação deste interesse municipal não é determinante no sentido positivo. Porém, será no sentido negativo e matará o processo à nascença e, por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende votar favoravelmente.” ---

José Pimenta: “No nosso ponto de vista, para votarmos determinadas matérias que achamos problemáticas ou sobre as quais temos dúvidas, devemos ter conhecimento geral de toda a situação. Não está aqui em causa travarmos ou não travarmos o processo, de maneira nenhuma. Poderia, eventualmente, a Câmara entregar-nos toda a documentação para que ficássemos mais elucidados. O Presidente da Câmara e o Presidente da Juntas de Freguesia de Ferreiras também já me elucidaram. É para isso que nós estamos cá.”-----

Primeira Secretária: “Relativamente à proposta de retirada do ponto, retira a proposta?”-----

José Pimenta: “Sim, já ficámos elucidados. E não ficaria mal os Membros da Assembleia ou um de cada força política, nestas situações, irem ao local com um técnico. É o nosso ponto de vista.” -----



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Sofia Oliveira, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Paderne, Miguel Coelho, da Guia, Joaquim Vieira, e de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia regressou à sala.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação do Procedimento aquisitivo ao abrigo do acordo quadro para o fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre para o Algarve, celebrado pela Central de Compras da AMAL;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

Cândido Reigado: "Quero perguntar se, através da AMAL, conseguem energia elétrica mais barata ou não."-----

Francisco Oliveira: "Só para esclarecer uma questão: isto é no âmbito da AMAL e, de facto, a entidade a contratar é a Câmara Municipal. A questão era saber se é um concurso público nacional ou se é no âmbito regional e Albufeira contratará a sua parcela, ou aquilo que lhe diz respeito." -----

Presidente da Câmara: "Há um acordo entre os municípios de que esta aquisição seja feita conjuntamente, ou seja, com condições iguais para todos os municípios. Há uma adesão do município em condições, em princípio, mais vantajosas do que se estivéssemos a contratar sozinhos. Há toda a conveniência que os municípios se unam no sentido de se conseguirem preços melhores do que se estiverem a contratar sozinhos." -----



Francisco Oliveira: "A questão não era essa. Aqui vem que a entidade pública adjudicante é o município de Albufeira." -----

Presidente da Câmara: "Este contrato vai até um determinado limite de tempo e de valor: o valor é de cerca de cinco milhões e é por três anos. A AMAL define com a central de compras quais os valores, que são iguais para todos os municípios, e cada município adere ou não adere." -----

Presidente da Assembleia: "A vantagem da central de compras é que o município não tem de perder tempo a fazer o concurso, o município só tem de aderir."-----

Francisco Oliveira: "Para além da vantagem de se estar a comprar em bloco e, portanto, comprar muito mais barato." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Sofia Oliveira, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Paderne, Miguel Coelho, da Guia, Joaquim Vieira, e de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 14 de Março de 2017 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____



O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

